

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP
02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 2.439
CEP 01060-970-SP - Tel. 3856-2122 (PABX)
Fax Nº (011) 3856-2940

Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988) Américo de Campos (1875-1884)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996) Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997) Plínio Barreto (1927-1958)

A improbabilidade e seus defensores

* ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

Nada pior para a democracia do que uma instituição não merecedora de crédito, sobretudo quando composta pelos representantes do povo. É o caso do Congresso Nacional, que começou o ano elegendo para a presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados dois políticos ao estilo velha raposa, de biografia ruim.

Ficou bem claro nestes primeiros meses do ano que não há nenhum interesse em fazer os brasileiros terem orgulho daquela Casa de leis. Tanto assim que, logo após a combatida eleição dos presidentes do Senado e da Câmara, dois deputados federais condenados pelo mensalão, que tiveram seus direitos políticos cassados, acabaram autorizados a assumir seus cargos – como se fosse possível duas pessoas sem os direitos políticos atuarem na elaboração de leis (é sempre bom perguntar que validade terão as leis por eles aprovadas).

Mas não ficou somente nisso: estando já no plano inclinado, a referida Casa de leis afundou-se ainda mais quando elegeu para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara um deputado radical, embora evangélico, que faz lembrar por sua conduta os grupos fundamentalistas islâmicos. Ele parece estar gostando muito da notoriedade e dos ódios públicos demonstrados contra a sua pessoa.

Não foi tudo: agora, como coroamento dessa escalada rumo à indesejável desmoralização, outro parlamentar de reputação igualmente ruim apresentou projeto que despedaça a Lei da Improbabilidade Administrativa, instrumento de extrema valia no cerco aos agentes políticos que fazem uso do cargo para enriquecer, avançando no dinheiro público. Pretende-se mutilar essa lei, chamada também lei do colarinho branco.

Acusado de estar agindo em causa própria, o senador Ivo Cassol (PP-RO), na maior carestia, apresentou projeto de lei que sufoca a eficácia da Lei da Improbabilidade Administrativa. Ele pretende introduzir modificações que reduzem a liberdade dos promotores de Justiça de ajuizar ações que envolvam

pessoas suspeitas de avanço no dinheiro público.

Por equívoco ou desconhecimento, esse parlamentar se voltou contra a lei, que é boa, e não contra a conduta dos que se conduzem de forma equivocada na sua aplicação. Realmente, observam-se em muitas comarcas iniciativas de promotores de Justiça que causam a impressão de estarem vinculados a interesses políticos ou inimizades pessoais. Isso não deveria ocorrer.

A política partidária nos municípios é sempre muito explosiva e tende a dividir as opiniões. Não é desejável que isso aconteça, mas muitas vezes o promotor público causa a impressão de estar mesmo envolvido com um dos grupos e por

Projeto de Ivo Cassol, acusado de agir em causa própria, é uma violência contra o País

isso as ações de improbabilidade administrativa por ele propostas parecem ser de encomenda, desmerecendo o sentido da lei.

Também os juízes nem sempre adotam o comportamento adequado no sentido de evitar o uso da lei para atendimento de interesses contrariados. De fato, a Lei de Improbabilidade Administrativa exige que após a proposição da ação o requerido seja intimado para oferecer explicações no prazo de dez dias. Após essa resposta, em juízo de admissibilidade da ação, o magistrado decide se a recebe ou não. Muitas vezes essas ações têm a clara feição de fruto de interesses políticos contrariados, mas mesmo assim são recebidas e processadas pelos juízes, sendo posteriormente julgadas improcedentes.

Essa conduta, que não é a melhor, faz com que realmente cerca de 80% das ações por improbabilidade administrativa resultem em nada – e nisso se apegam o senador Ivo Cassol para tentar desfigurar a lei. Ele pretende que os promotores públicos, quando ingressarem com ações equivocadas, sejam condenados ao pagamento das despesas forçadas sofridas pelos acusados.

Não há nenhuma virtude em lutar para modificar uma lei que traduz princípios adotados des-

de a nossa primeira Carta Magna. Realmente, já na Constituição do Império de 1824, que dispunha sobre o caráter sagrado e inviolável do imperador, se previu claramente no artigo 133 a responsabilização dos ministros “por peita, suborno ou concussão” e “pela falta de observância da Lei”.

A responsabilização dos ministros, admitida desde aquela época, foi repetida nas Constituições posteriores e dá sentido às disposições da Lei de Improbabilidade Administrativa atual, que disciplina os casos de improbabilidade e busca impedir condutas que levem a auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, mandato, função, emprego ou atividades administrativas.

A Constituição de 1988, a propósito, em seu artigo 14, parágrafo 9.º, reservou para lei complementar, a ser aprovada pelo Congresso Nacional, as normas disciplinando as ações em casos de improbabilidade administrativa. Isso veio a ser feito em 1992 e desde então a lei vem sendo aplicada com êxito e, em muitíssimos casos, impede que agentes públicos desonestos permaneçam em cargos públicos, além de serem condenados à devolução dos dinheiros que acumularam ilícitamente.

A exigência de moralidade para o exercício do cargo, a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta são valores de extrema relevância que a Lei de Improbabilidade procura resguardar. Seria um absurdo esquarterar a lei por falhas na sua aplicação, decorrentes de condutas inadequadas, e não de disposições nela contidas.

O projeto do senador Cassol – já acusado, repita-se, de estar agindo em causa própria – merece aguardar sem pressa nas gavetas do Congresso Nacional por muitos e muitos anos. Seria uma violência contra o País convertê-lo em nova lei de improbabilidade, que teria, talvez, a cara de quem mereceria estar punido por ela.

* DESEMBARGADOR POSSENTADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. E-MAIL: ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

Custos e competitividade no agro

* ANDRÉ MELONI NASSAR

A disparada do preço do tomate, que chegou a atingir, na média do mês de março, R\$ 6,50 o quilo na cidade de São Paulo, ganhou grande destaque na imprensa. Não repercutiu menos a contribuição dos preços dos alimentos para os índices de inflação, sobretudo agora que seu controle se transformou num divisor de águas entre desenvolvimentistas e monetaristas. Nos últimos 12 meses (março de 2013 sobre abril de 2012) o IPCA/IBGE acumulado atingiu 7,2%, ao passo que o grupo dos alimentos teve aumento de 14,5%. Voltando um ano atrás (março de 2012 ante abril de 2011), enquanto o IPCA acumulado esteve ao redor de 5,24%, o grupo dos alimentos subiu 6,29%.

O que se vê, portanto, é que ao longo de boa parte de 2012 e 2013 os preços dos alimentos vêm crescendo a taxas mais elevadas que os dos demais setores que compõem o IPCA. No ano anterior esse fenômeno não havia ocorrido. O que aconteceu para que a subida dos preços dos alimentos seguisse forte nos últimos 12 meses? A mais óbvia e propalada explicação se refere às quebras de safra: no ano passado nos Estados Unidos, elevando os preços internacionais de grãos e, como consequência, da proteína animal, e neste ano no Brasil, nas frutas e hortaliças.

A discussão sobre inflação dos alimentos, embora válida, está mascarando uma importante questão na agricultura brasileira que vem, silenciosamente, ganhando relevância. Silenciosamente porque se fala muito pouco dela fora do meio agropecuário e porque os mercados doméstico e internacional têm conseguido absorvê-la na forma de maiores preços. Trata-se do aumento de custos de produção.

O aumento dos custos não é um “privilégio” do setor agropecuário. A economia brasileira em geral, principalmente o setor industrial, vive uma espécie de inflação de custos. A diferença do setor agrícola é que seu ganho de produtividade tem neutralizado parcialmente esse aumento de custos, em especial com respeito à mão de obra. O setor industrial, na contramão

do agrícola, tem reduzido investimentos e produção como resposta ao aumento dos custos.

Além disso, como o Brasil ainda é, em muitos setores do agro, o produtor de menor custo marginal, o custo brasileiro acaba definindo um piso para os preços internacionais. É o que se vê em milho, soja e açúcar. Outros setores, com destaque para carnes (de frango, suína e bovina), já dão sinais de que a competitividade brasileira começa a perder vigor por causa do aumento dos custos. Ou seja, se os custos continuarem a subir no ritmo observado nos anos recentes, todo o setor agrícola pode perder competitividade.

Dois dados comprovam que o aumento dos custos agropecuários deve ser analisado com atenção redobrada. O primeiro é que o valor dos salários rurais vem consistentemente crescendo mais rapidamente do que o salário mínimo. Enquanto nos últimos cinco anos o salário mínimo cresceu em termos nominais 67%, os salários rurais (base: Estado de São Paulo) de menssalistas e tratoristas subiram, respectivamente, 70% e 73%. Vale lembrar que o IGP-DI nesse mesmo período cresceu 35%. Ou seja, o custo da mão de obra para agricultura subiu o dobro da inflação nesse período. Como já dito, a produtividade do

Aumento dos custos de produção põe em risco a competitividade da agropecuária brasileira

trabalhador na agricultura vem crescendo, mas não o suficiente para compensar esse forte aumento nos salários.

Outro indicador muito relevante é o valor do arrendamento (2008-2012) o arrendamento para cana-de-açúcar e soja subiu, também no Estado de São Paulo, 90% e 78%, respectivamente. Mais uma vez, aumentos muito expressivos quando comparados com o IGP. Claro que o aumento do valor do arrendamento reflete o próprio sucesso do setor, que ao crescer faz a demanda por terra subir e, consequentemente, eleva seu preço em produto e em reais. No entanto, um importante fator de competitividade da agricultura brasileira é ter o valor

do ativo terra em patamares inferiores aos dos competidores do Brasil, como EUA e Europa. O que merece atenção é que essa diferença vem diminuindo.

No caso dos grãos, faz dois anos que os custos vêm subindo continuamente. Mão de obra e valor do arrendamento, além de sementes e fertilizantes, são os itens que puxaram os custos para cima. A situação na cana-de-açúcar é muito semelhante: custos em alta puxados, sobretudo, por mão de obra, arrendamento e fertilizantes.

Na proteína animal a situação não é diferente, uma vez que ela responde diretamente aos preços das matérias-primas para ração. Os custos do leite, atividade intensiva em mão de obra, subiram 77% de 2008 a 2012, o dobro da variação do IGP para o mesmo período. Os custos de suínos, que são mais intensivos em mão de obra do que frangos, subiram 45%, também acima do IGP. O frango ficou mais bem comportado, tendo acompanhado o IGP. Até o internacionalmente falado tomate subiu 35% nesse período. Mas no quesito mão de obra os custos subiram 50% na cultura.

Os custos em ascensão que chamam a atenção são mão de obra e arrendamento. Sementes e fertilizantes, sem bem utilizados, deveriam refletir-se diretamente em maior produtividade. Não há soluções para o aumento do custo de arrendamento, uma vez que a terra é um insumo quase exclusivo do setor agrícola e as perspectivas de demanda por seus produtos continuam positivas.

Resta a mão de obra, uma vez que o setor agrícola tem sido obrigado a competir com os demais setores da economia brasileira. A receita, nesse caso, é conhecida: desoneração, para aqueles sem espaço para mecanizar mais a produção, e mecanização, naqueles com menor grau de automação.

Voltar a reduzir os custos virou tarefa urgente, uma vez que o cenário de preços que se avizinha deverá remunerar somente os mais eficientes.

* DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (ICONE) SITE: WWW.ICONEBRASIL.ORG.BR

Fórum dos Leitores

ATENTADO EM BOSTON Horror

Martin Richard tinha 8 anos e uma vida inteira pela frente. Tudo destruído no ataque terrorista em Boston, na segunda-feira, no qual ele e mais duas pessoas morreram e sua mãe e outras 150 pessoas ficaram feridas. O que era para ser uma celebração virou um filme de horror. O esporte une e prega a confraternização, usar-se disso para atacar pessoas inocentes é de maior maldade e sadismo possíveis. Em 1972 terroristas árabes massacraram a delegação israelense na Olimpíada de Munique. No ano que vem teremos a Copa do Mundo aqui, no Brasil. Gente do mundo inteiro reunida num país tido como tão pacífico que nem as autoridades estão devidamente preparadas para inibir qualquer ação terrorista. Que o atentado em Boston sirva como um aviso para maior atenção com a segurança do público em eventos esportivos.

SÉRGIO ECKERMANN PASSOS
sepassos@yahoo.com.br
Porto Feliz

Maratona

Os “vencedores” da Maratona de Boston, nas categorias feminina e masculina, foram, respectivamente, a morte e o terror. Só os desapiedados estão festejando essa sinistra e sanguinolenta vitória.

TÚLLIO MARCO S. CARVALHO
tulliocarvalho.advocacia@gmail.com
Belo Horizonte

Terrorismo

Qual cidadão brasileiro não ficou sentido com um ato como o ocorrido em Boston? Com certeza, todos sentem muito, menos os integrantes do PCdoB, que apoiaram a Coreia do Norte em suas ameaças terroristas.

PAULO F. SIQUEIRA DOS SANTOS
paulof.santos@hotmail.com.br
Santa Rita do Passa Quatro

GOVERNO DILMA Da boca pra fora

Li no *Estadão* de ontem que Dilma Rousseff diz que a inflação está sob controle e critica “pessimistas especializados”. Ora, todos os que fazem compras, especialmente em supermercados, sabem do aumento de preço de todos os produtos e estão sofrendo no bolso, sem nenhuma medida contra isso tomada por seu governo petullicarvalho.advocacia@gmail.com. O que Dilma faz é viajar pelo Brasil e, de palanque em palanque, lutar por sua reeleição, deixando de lado a sua principal função: governar! Assim, como sempre, prega mentiras, faz promessas vãs e agora pretende ser a estrela do PT no programa partidário da sigla. E os ingênuos brasileiros ainda consideram esse governo muito bom... Que governo? Viajar é governar? Cuidar dos interesses da Nação Dilma faz da boca para fora, e nada mais. Pessimistas especializados não existem, dados publicados nos meios

de comunicação, esses, sim, merecem credibilidade e mostram a atual realidade brasileira.

CARLOS E. BARROS RODRIGUES
ceb.rodrigues@hotmail.com
São Paulo

Inversão de prioridades

Em vez de combater a inflação agora e fazer campanha eleitoral no ano que vem, esse (des)governo faz campanha este ano e a inflação... Dona Dilma recebe seus vencimentos para trabalhar na Presidência da República, não para já sair candidata!

FLÁVIO CESAR PIGARI
flavio.pigari@gmail.com
Jales

Taxa Selic

Dona Dilma disse que a Selic vai aumentar, mas não como antigamente (?). Seria bom se ela também dissesse que a inflação está aumentando, e bastante, mas não

como antigamente, só um pouco. Coitada da nova classe média.

ANTÔNIO CARELLI FILHO
palestrino1949@hotmail.com
Taubaté

Tapando o sol com a asneira

Parece que a presidente tem um problema de localização temporal, pois disse que não vai deixar a inflação subir. Ora, o que ela está esperando? A inflação já está presente há tempos. Outra mentira: insinuou que o controle da inflação foi conseguido por Lula e por ela. Acho que ela viaja... E faz discurso exclusivo para os mais desavisados e desinformados. Aliás, o mais correto é interpretar ao pé da letra o que ela falou: “A inflação foi conquista do governo Lula e do meu”. Quanto a isso, concordo em gênero número e grau, pois foi nos governos deles que a inflação voltou forte. Também atribui a fraca economia do País às dificuldades da economia mundial. Como meia-verdade, o.k. Po-

rém todos os outros países da América do Sul e os demais Brics não estão em outro planeta e tiveram um crescimento maior que o nosso, mesmo que muitos tenham recursos, produção e tecnologia inferiores aos brasileiros...

MARCO AURÉLIO REHDER
marcoarehder@yahoo.com.br
São Paulo

Tomatezinho...

A “competência” de certos políticos é surpreendente. Têm resposta para tudo, basta mentir, enganar, ignorar a realidade. Esbravejando, como sempre, Lula diz que “uma mulher calejada na luta como esta mulher não vai permitir que um tomatezinho venha quebrar as forças da economia”, como se o problema da inflação por que passa o Brasil fosse causado pelo preço do tomate. Dilma disse que o controle da inflação foi uma conquista do PT na Presidência... PT ou Plano Real, do governo de Fernando Henrique? Só fal-